Nomeando um mundo em transformação: diferentes concepções de crise e o sofrimento de juventudes diante do aquecimento do planeta

Naming a changing world: conceptions of crisis and youth suffering in the context of global warming

*Bruna Bortolozzi Maia**
Gabriel Inticher Binkowski ***

1 INTRODUÇÃO

Embora os seres humanos e a dita natureza estivessem sempre em mútua convivência, desde o início dos estudos de modelagem climática ficou evidente que a intervenção humana vem causando mudanças intensas na atmosfera (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, 2022). Estes estudos reúnem diversas variáveis locais, como temperatura, ventos, núcleos de alta ou baixa pressão, marés, entre outros, para construir um modelo climático global, que vem nos mostrando que, desde a revolução industrial, há uma ascendente de aquecimento da temperatura do planeta. O último Relatório do IPCC (2022) sublinha a necessidade urgente de reduzir as emissões de carbono, uma vez que já estamos ultrapassando a marca 1.5°C de aquecimento global estabelecida como meta no acordo de Paris. Já nos questionamos se esta meta é exequível e estamos chegando cada vez mais próximos de um ponto de não retorno.

* Doutoranda em Psicologia Clínica - Instituto de Psicologia Psicóloga na Escola de Aplicação - Faculdade de Educação Universidade de São Paulo. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7792-0663. E-mail: bruna.b.maia@usp.br

** Professor Doutor - Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4908-9221. E-mail: binkowski@usp.br

Diante deste cenário, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, coloca que estamos seguindo um caminho sem volta e afirma, na COP-27, que nossa única opção ao suicídio coletivo é a solidariedade climática (Nações Unidas, Brasil, 2022). Este tipo de discurso, entretanto, põe todos os humanos no mesmo patamar de agência diante da situação, ignorando o que uma das juventudes e vozes do ativismo climático mais reconhecidas atualmente, Greta Thumberg, tem nos alertado: os maiores causadores do aquecimento global são a indústria de combustíveis fósseis e carvão, e outras do setor (THE GUARDIAN, 2023).

Os fenômenos e transformações climáticas, neste sentido, devem ser considerados socioambientais uma vez que, por um lado, há agência humana - sobretudo das pessoas responsáveis pela maioria das emissões de gases de efeito estufa, da indústria do petróleo etc. Por outro lado, é essencial destacar que o planejamento político urbano, rural, de áreas indígenas e quilombolas tem uma dimensão de desigualdade de classe, raça e mesmo de gênero muito clara, fazendo com que alguns grupos sejam mais afetados do que outros (NAVARRO-MASCAL, 2024; ROUGEON et al, 2024).

O fato de as mudanças climáticas estarem relacionadas a estes fatores denuncia um cenário de *racismo ambiental* bastante expressivo. A expressão racismo ambiental surge nos anos 1980 nos Estados Unidos, no bojo dos movimentos negros do país, visando sublinhar a dimensão racista dos problemas ambientais (PACHECO; FAUSTINO, 2013). A abordagem utilizada para tratar do tema coloca em evidência a colonialidade (ROUGEON, et al., 2024) e sublinha como as populações subalternizadas sofrem muito mais agudamente com a degradação sistemática do meio ambiente no sistema capitalista/colonialista (FERDINAND, 2023). Não se trata, portanto, de um *suicídio,* como coloca Antonio Guterres, mas, sim, de uma *necropolítica* (MBEMBE, 2009).

Não à toa, enquanto para alguns setores da população o aquecimento do planeta, chegando ao ponto de não retorno, não passa de uma crise passageira, assim como a crise é intrínseca ao capitalismo (Klein, 2008), para outros ela se apresenta como uma catástrofe, em desastres e emergências socioambientais. Assim como os efeitos das mudanças do clima que, segundo o último relatório do IPCC (2022), atingirão mais intensamente países do Sul, América Central e Sudeste Asiático, os efeitos do aquecimento global podem ter expressões variadas a depender do contexto e território. Populações em maior vulnerabilidade, nas quais as consequências da mudança climática já aconteceram - revelando-se na falta de água, em desastres socioambientais, e em situações nas quais as respostas (a nível de prevenção e mitigação) são ineficientes, tendem a sofrer mais com a perda de seu território social e cultural, insegurança alimentar, entre outras, agravando as iniquidades em saúde (NAVARRO-MASCAL, 2024; ROUGEON et al, 2024).

Portanto, sabemos que pessoas racializadas, mulheres, pessoas LGBTQIA +, crianças e juventudes farão parte dos grupos mais atingidos pelas transformações do clima (IPCC, 2022). Diversos estudos (ARPIN, 2021; PINSKY et al., 2020) têm nos mostrado que infâncias e adolescências mostram-se mais vulneráveis à desnutrição por insegurança alimentar, a fragilidades na regulação da temperatura corporal, bem como apresentam menos resistência a doenças infectocontagiosas típicas de desastres socioambientais ou em situações de migração forçada deles decorrentes.

Não só Greta Thunberg, mas também outras ativistas climáticas brasileiras, tais como Txai Suruí e Gabriela Alves, vêm nos alertando como as juventudes, apesar de as menos escutadas nas tomadas de decisões políticas relacionadas à sustentabilidade, são os grupos que mais sofrerão com as mudanças climáticas. As vozes destas pessoas, entretanto, muitas vezes não são levadas em consideração pois, partindo de uma compreensão evolucionista que marca muitas das leituras sociais sobre crianças e juventudes, estes grupos são vistos como mais distantes da razão plena e cidadania, o que revela a dimensão colonial dos nossos modos de cuidar destas pessoas (KATZ, 2022), que se estende até hoje nas pesquisas em ciências sociais (PRADO, 2017).

O crescente número de sofrimentos relatados por juventudes diante das mudanças climáticas (PINSKY et al., 2020) nos denuncia a relevância de nos questionarmos como estas novas gerações podem sonhar com novos futuros em um mundo em crise. Neste sentido, partimos da ideia de que as formas e narrativas de sofrimento e, acrescentamos aqui, dos sofrimentos sociopolíticos, são também endereçamentos que formulam a experiência de reconhecimento intersubjetivo (DUNKER, 2015). Revisões sistemáticas (CHARLSON et al., 2021; GISLASON et al., 2021) têm reforçado que uma das consequências mais importantes do aquecimento do planeta é justamente do ponto de vista da saúde mental, que se revela desde reações de ansiedade, angústia e melancolia diante de um cenário apocalíptico e a falta de visão de futuro, até em reações a catástrofes socioambientais, como as que vimos em enchentes, queimadas, deslizamentos de terra, que se aproximam de reações de estresse pós traumático (PTSD), caracterizado por sonhos, flashbacks, ansiedade e angústia com um evento traumático que se repete psiquicamente de maneira insistente.

Estes sintomas recorrentes remetem a eventos que amiúde excedem a possibilidade de contorno simbólico, e implicam a nomeação e o reconhecimento social do evento traumático, como nos mostrou Freud (1920/2010), efeitos de uma angústia que demanda nomeação (FREUD, 1926/2014). Neste sentido, Samah (2024), analista palestina, denuncia como muitos sofrimentos que escuta em seu trabalho nem sempre são queixas

ou sintomas, mas, sim, efeitos da guerra, da violência. Para a autora, estes efeitos, mais do que rotulados com um diagnóstico, devem poder ser escutados e reconhecidos em sua complexidade.

Importa, neste sentido, levarmos em conta que as maneiras de nomearmos os fenômenos - *crise, catástrofe, mudanças climáticas* - geram efeitos subjetivos importantes no que diz respeito às nossas capacidades de resposta, seja no sentido da ação em relação às mudanças climáticas, seja no sentido de nossas reações psíquicas diante delas, ou seja, os afetos mobilizados por cada uma delas. Nas palavras de Latour (2020, p. 51), "descrever não é apenas informar, mas também alarmar, comover, pôr em movimento, chamar à ação". Acreditamos ser necessário nomear os eventos e seus contextos, bem como as repetições que concernem a questões de classe, etnia e gênero e às desigualdades que subsistem (BINKOWSKI, 2025).

Portanto, a nomeação pode ser compreendida como uma forma de dar tratamento subjetivo em relação ao aquecimento do planeta e seus efeitos, e tem sua relevância justamente por, apesar de dar nome a algo que já existe, marcar a concretude de que experiências podem ter sido apagadas, esquecidas ou até mesmo fragmentadas. Neste sentido, faz-se necessária a diferenciação entre nomeação e nominação. Gambassi (2022) sublinha que a nomeação se refere ao ato discursivo de dar nome a algo pré-existente, que já tem materialidade, enquanto a nominação diz respeito a dar nome a algo que ainda não o tem.

Enquanto Latour (2020) defende o uso do termo *mudança climática* para nomear o aquecimento do planeta, uma vez que isto diz de algo cujo desfecho desconhecemos, diversos ativistas na área, porém, têm questionado se esta denominação seria a mais adequada para tratarmos do tema. Para muitos deles, o termo *mudanças* não coloca em evidência a dimensão de uma *crise*, de uma *emergência*, ou de uma *catástrofe* com efeitos irreversíveis, o que poderia nos levar a uma ação mais imediata e concreta.

Leal de Barros (2025), também preocupada com as consequências destas nomeações, questiona qual seria a melhor maneira de falar deste fenômeno que temos vivido: por um lado, falar sobre *mudanças do clima* parece não dar dimensão da urgência de ações diante do aquecimento do planeta, como argumentam muitos ativistas climáticos. Por outro lado, falar sobre *crise climática* remete à ideia de mudanças estruturais em um período de tempo, que retornam a uma certa estabilidade. Sabemos, entretanto, que o capitalismo produz crises sequenciais e se mantém a partir delas. Neste sentido, é importante pensar em quem as produz, ou seja, os responsáveis pelas crises. Falar em *colapso* nos coloca também em um lugar de tensão que não conseguimos sustentar por muito tempo, como vimos durante a

COVID-19. Para a psicanalista e antropóloga, uma nomeação interessante seria de *metamorfose* climática, uma vez que se trata de uma transformação permanente e sem retorno, mas não necessariamente catastrófica.

Destarte, se as ideias de crise estão em disputa no campo dos estudiosos e ativistas, no campo da ecologia e sustentabilidade, seria interessante pensarmos nestes constructos teóricos também no âmbito da saúde mental, já que partimos do pressuposto de que a nomeação tem efeitos na experiência e nas modalidades de sofrimento, mas também de cuidado das pessoas. Diante disso, nos perguntamos: como o constructo teórico de *crise* no campo da saúde mental - sobretudo da psicanálise e da atenção psicossocial - pode contribuir para as discussões sobre as maneiras de nomear as mudanças climáticas? Que consequências estes conceitos têm do ponto de vista do cuidado em saúde mental de juventudes, umas das populações mais atingidas pelo aquecimento do planeta?

Para responder estas perguntas, delineou-se este ensaio teórico, que tem por objetivo investigar como diferentes concepções de crise no campo da saúde mental - especialmente na psicanálise e na atenção psicossocial - podem contribuir para a compreensão das formas de nomear as mudanças climáticas e para a elaboração de práticas de cuidado voltadas às juventudes, uma das populações afetadas pelo aquecimento global.

Tendo em vista que as consequências para a saúde mental decorrentes das mudanças climáticas têm em seu centro uma relação com o território, com marcadores sociais das diferenças e com questões sociais e políticas, nos parece que a atenção à saúde nestes contextos deve ser pensada do ponto de vista da atenção psicossocial (COSTA-ROSA, 2011) ou mesmo tendo em vista estudos em psicanálise preocupados com a dimensão sociopolítica do sofrimento (ROSA, 2018, 2022). Estes campos, portanto, foram elegidos como arcabouços teórico-conceituais deste estudo. Nas próximas páginas, fundamentamos brevemente as múltiplas compreensões de *crise* na psiquiatria, na psicanálise e a partir do paradigma da atenção psicossocial. Posteriormente, compreendendo estas múltiplas concepções e suas implicações no campo da saúde mental diante do aquecimento do planeta, colocaremos em perspectiva o termo *crise climática*.

2 CRISE EM SAÚDE MENTAL: PSIQUIATRIA, PSICANÁLISE E O PARADIGMA DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Para Ferigato, Onocko-Campos e Ballarin (2007), as situações que chamamos de “crise” podem remeter a diversas dimensões: sociais como a crise do capitalismo, singulares, como crises existenciais, crises psicóticas. A

palavra crise em sua origem grega (*krisis*) caracteriza o estado no qual uma decisão tem que ser tomada. Originalmente, a palavra crise está carregada de elementos que trazem amplo sentido: separação, mudança, desequilíbrio, transitoriedade. Erich Lindermann (1944) introduz o termo crise para as consequências psicológicas de *tragédias e catástrofes,* porém esta etiologia vai se ampliando para outros eventos estressantes da vida.

Já na psiquiatria clássica, o termo remete à *agudização da sintomatologia psiquiátrica* (FERIGATO; ONOCKO-CAMPOS; BALLARIN, 2007). Segundo Costa-Rosa (2011), esta lógica da psiquiatria clássica se pauta numa ética disciplinar, de tutela, retirando o protagonismo do sujeito de cuidado. Nas palavras do autor, "tal ética opera por exclusão da subjetividade, sobretudo daquilo que, desta, pode se expressar no protagonismo necessário do indivíduo para ação no processo de se tratar; como saber inconsciente do sujeito sobre o sofrimento de que se queixa, e mesmo de qualquer saber." (p. 175). Para Costa-Rosa (2011), esta ética psiquiátrica se atualiza com a medicalização que coloca as pessoas como consumidoras de psicofármacos, alienando-as dos processos psíquicos envolvidos em seus adoecimentos.

Em Compêndio de Psiquiatria, Kaplan e Sadock (2016) definem crise como um período de desorganização de um sistema aberto, precipitada por uma ou mais circunstâncias que ultrapassam a capacidade de metabolização de um indivíduo. Talvez por terem origem comum na teoria psicanalítica (DUNKER, 2015), esta concepção psiquiátrica se aproxima à de autores psicanalíticos, associando-a à teoria do trauma. Para Laplanche e Pontalis (1998, p. 522), "o trauma consiste em um acontecimento na vida do sujeito que se define pela intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada".

Alvarenga (2022, p. 54, destaque nosso) resume bem essas aproximações: "crise é um termo interessante para pensar o que se manifesta como urgência: um acontecimento traumático, que abala o sujeito porque ele *não tem como colocá-lo em palavras*, nomeá-lo ou compreendê-lo". Faz-se necessário, portanto, retomar muito brevemente as construções sobre o trauma em alguns autores canônicos da psicanálise, bem como a relação deste traumático com a possibilidade de *colocar em palavras* o acontecimento vivido.

A teoria do traumático em Freud se fortalece no contexto histórico que passou a valorizar a memória na construção e na etiologia de sofrimentos (BEER, 2023, AMBRA; PAULON, 2024), e logo após o autor ter passado por uma guerra mundial (ROUDINESCO, 2016). No texto *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/2010) parte justamente da angústia, dos sintomas e dos sonhos de repetição de pessoas que passaram por situações extremas no período da guerra. A hipótese é a de que, por exceder a capacidade

psíquica de representação, a intensidade destes eventos ultrapassa também a possibilidade de metabolização psíquica fazendo com que o acontecimento traumático insistiria em se repetir em sonhos e nas demais formações sintomáticas.

Em diálogo com Freud, Ferenczi (1933/1922), ao atender pessoas que haviam sofrido abusos sexuais, argumenta que o que torna um evento traumático é a impossibilidade de reconhecimento deste sofrimento. Ou seja, seria no *a posteriori*, justamente ao relatar o excesso vivido, que seriam necessários a validação e o acolhimento de uma pessoa significativa, o que pode não ocorrer, caracterizando o *desmentido*. O que se desmente, neste sentido, não é somente o evento traumático, mas os próprios sujeitos e suas experiências (GONDAR, 2012).

Em trabalho anterior (MAIA; OKAMOTO; SANTOS, 2023), discutimos que, diante de um evento traumático que afeta uma população, como, por exemplo, a ditadura civil-militar no Brasil, estamos falando do que Puget chamou de um *traumatismo social,* justamente porque, muitas vezes, assistimos a uma *desmentida,* ou seja, uma negação, por parte do Estado, da violência por ele praticada. A autora (PUGET, 2005) diz que se pode considerar um traumatismo social quando este evento excessivo, caracterizado como um acontecimento nos termos de Badiou (1996), muda as modalidades de intercâmbio e pertencimento de uma população, fazendo com que estas formas de vinculação se transformem.

Portanto, no sentido psicanalítico, a questão do traumatismo coletivo tem como correlata a restauração da memória, uma vez que um evento não seria, por si só, traumático, haveria também a influência das estruturas de poder e dos sistemas culturais de classificação que podem reconhecer, ou não, eventos como traumáticos do ponto de vista social (ALEXANDER, 2004), sendo a impossibilidade de reconhecimento deste sofrimento - e de suas origens sociais e políticas - um fator que intensifica o desamparo, como argumentou Rosa (2018) ao cunhar o termo *desamparo discursivo*. Neste sentido, ao relatar sua experiência de escuta de coveiros durante a pandemia de COVID-19, Clarice Paulon (2023) sublinha que a constituição subjetiva é marcada por relações de poder, políticas e formas de governar, fazendo com que, em sua prática, a urgência fosse pensada "no sentido de historicizar e elaborar uma série contingencial de emergências" (PAULON, 2023, p. 93).

Em todos os exemplos, observamos que a *crise e o traumático* estão relacionados ao não reconhecimento, à falha no sistema de representação, do irrepresentável e do inominável e na necessidade de historização. Muito sucintamente em termos lacanianos, poderíamos dizer que remetem, portanto, a uma dimensão do real, ou seja, que tem como cerne um acontecimento que, pelo menos a princípio, não tem uma forma específica

de nomeação, remetendo a um não simbolizável (LACAN, 1972-73/1985). Emprestando os termos de Ambra e Paulon (2024, p. 7), falamos aqui da "espessura não simbolizável do traumático em violências sociais como o signo do real".

É importante lembrar que a consolidação do real na obra lacaniana remete também a um momento pós-guerra, que atestou a impossibilidade de representação simbólica, ou o impossível de ser simbolizado. Desta forma, o real se torna uma necessidade enquanto conceito, remetendo à catástrofe, ao trauma, ao não representado. Solange Faladé (1974/2017), psicanalista e colega de Lacan, coloca que o real primordial está posto desde o nascimento e que quando o Outro insere a linguagem, o sujeito entra no mundo simbólico. Para além do real primordial, o real ganha dimensões catastróficas a partir do momento em que o Outro não dá recursos simbólicos e materiais para que sejamos vistos como humanos (ROSA, 2018). Paulon (2023, p. 109) resume bem esta ideia: "o desamparo é humano. Sua permanência é catastrófica".

Aqui, faz-se necessária a diferenciação que a teoria vai nos impondo entre crises, catástrofes e traumas. Muito embora nos textos freudianos não encontremos muitas menções à crise enquanto conceito, a ideia de crise para a psicanálise freudiana nos direciona ao traumático justamente no sentido de marcar um excesso de afetos para os quais não há paraexcitação suficiente, muitas vezes pela falta de representação no aparelho psíquico (FREUD, 1920/2010). Este excesso pode ser marcado por um acontecimento (Puget, 2005), um evento que, justamente, se mostra catastrófico pela falta de reconhecimento social da humanidade do sujeito que passou por ele (ROSA, 2018, PAULON, 2023).

Em suma, a *crise* na leitura psicanalítica remete ao traumático como excesso que não pode ser representado e metabolizado (FREUD, 1920/2010), como desmentido (FERENCZI, 1933/1922) ou como expressão do real (LACAN, 1972-73/1985), ganhando dimensão catastrófica quando o desamparo discursivo (ROSA, 2022) prevalece e permanece (PAULON, 2023). Ao discutir sobre o campo do traumático no laço social e os lugares das políticas identitárias, Ambra e Paulon (2024) questionam como, a partir das teorias psicanalíticas, podemos, por um lado, cooptar a experiência do real pelo imaginário (expressa, por exemplo, em unidade e coesão identitárias), e, por outro lado, cooptar o imaginário pelo real, escutando como se apenas o arbitrário dominasse sobre o registro da experiência traumática. Argumentam, nesse sentido, que tomar apenas o registro do real pode levar a um apagamento da materialidade da desigualdade, e, portanto, a denegação das diversidades de condições e de violências históricas e sistemáticas a algumas populações (AMBRA; PAULON, 2024). Diante deste impasse, colocam que

> O que tal estratégia parece banir de seu horizonte é um questionamento mais radical tanto das apostas transformativas quanto dos desejos que as sustentam. Que saída teríamos *para nomear* as condições produtoras de sofrimento sem deslegitimá-las, reconhecendo-as sem fixá-las? E é aqui que parece ser necessário negritar as potencialidades do simbólico para que uma outra gramática de lutas possa ser possível. (AMBRA; PAULON, 2024, p. 15, destaque nosso)

Aqui voltamos, portanto, à importância da nomeação. Gambassi (2022), analisando as manifestações discursivas de sujeitos que vivenciaram deslocamentos forçados, questiona-se sobre as maneiras de nomear seres humanos em situação de refúgio, ponderando sobre a relevância do reconhecimento político, social e jurídico desta condição, mas também sobre as possíveis inflexibilizações que estas nomeações podem acarretar. Nas palavras da autora: "se a nomeação pode se dar como uma prática discursiva que atribui um lugar ao sujeito numa construção social ampla (ou mesmo no laço social), ela pode funcionar também como um ponto de basta na cadeia deslizante de possibilidades de significação que determinada palavra evoca" (GAMBASSI, 2022, p. 76).

Neste ponto, nos perguntamos: como podemos nomear o traumático, promovendo reconhecimento intersubjetivo (ROSA, 2018; PUGET, 2005), sem perder a potencialidade de transformação pela nomeação? Encontramos pistas para esta questão em Ferigato, Onocko-Campos e Ballarin (2007), autoras que criticam o esquecimento de muitos profissionais da saúde do potencial do momento de crise a partir do paradigma da atenção psicossocial, no sentido de que é justamente este o momento que oferece uma grande chance de transformação. A crise seria um momento que, apesar do sofrimento e angústias, pode promover metamorfoses (LEAL DE BARROS, 2025), saídas do lugar historicamente dado para um outro lugar inédito que pode ser construído.

Com a reformulação das políticas de assistência à saúde mental, conquistadas com a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial, investe-se nos chamados serviços de atenção à crise, dentre eles o CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e demais campos da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). A ideia dos movimentos populares, que envolveram usuários da saúde mental, familiares e trabalhadores da área, era justamente quebrar com a lógica da psiquiatria clássica no cuidado ao sofrimento psíquico, sendo ele caracterizado como crise ou não (YASUI, 2010).

Em muitos dos documentos oficiais de atenção à saúde mental do SUS, desde a atenção primária em Unidades Básicas de Saúde até nos demais aparatos da RAPS, a *crise* diz respeito a quadros psicóticos ou a situações de desastres e emergências, que levam a intenso sofrimento ou desorganização de uma pessoa ou comunidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013a, 2013b). De maneira geral, refere-se também a quadros agudos ou momentos disruptivos pontuais que, se persistentes, deixam de ser reconhecidos e nomeados como momentos de crise (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013a, 2013b).

A maneira de compreender a crise como um momento agudo e passageiro, que pode trazer intensas transformações, direciona o trabalho na RAPS. Na Rede, trabalhamos com o que Onocko-Campos (2003) denomina clínica ampliada. Nela, coloca-se a crise no interior de uma série de fatores sociais e contextuais que nos possibilitam compreendê-la na história daquele sujeito. Neste sentido, não haveria um manual de instruções para cuidar da crise, já que este cuidado depende do território e da história singular da pessoa ou grupo em questão, entrando em jogo o oferecimento, por parte da equipe de saúde, de arranjos e dispositivos que proporcionam a transformação da lógica instituída.

Até este momento, apresentamos a crise a partir da psiquiatria como agudização do sintomatologia psiquiátrica; da crise na psicanálise, remetendo à questão do traumático e, da crise no paradigma da atenção psicossocial, que será escutada territorialmente e com foco nas possibilidades de transformação. A partir disso, voltamos à nossa pergunta: como estas concepções podem ser pensadas no contexto da crise climática?

3 TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO: A CRISE CLIMÁTICA

Boa parte da psicanálise freudiana vai ser pensada no horizonte do trauma, que tem uma temporalidade focada em revisitar e reconstruir o passado para pensar no futuro. Este paradigma do trauma fica mais evidente quando falamos das populações que já foram atingidas pelas mudanças climáticas, justamente aquelas populações em maior vulnerabilidade e marcadas pela colonialidade, racismo, entre outras heranças do paradigma moderno-colonial. Nestes contextos, pode ser interessante repensarmos os mecanismos de repetição de traumatismos sociais do passado que nos implicam no presente e sobre os quais precisamos nos debruçar para construir novos futuros.

Diversos estudos (GAMBASSI, 2022; NAVARRO-MASCAL, 2024; NOAL et al., 2019; ROUGEON et al, 2024) dedicam-se ao traumático em situações de desastres socioambientais, nas quais prevalece o que Ferenczi denominou como *desmentido.* Atingidos por desastres, como os de Brumadinho, em

Minas Gerais, são um exemplo de populações que sofreram este tipo de dupla violência. Ao não nomear o desastre como desastres-crime e validar as experiências como decorrentes deles (GAMBASSI, 2022), observa-se, a nível social, atitudes de *desmentida,* ou seja, o descrédito ou não reconhecimento de uma violência infligida (FERENCZI, 1933/2011).

Podemos ler estas situações como experiências traumáticas, como defende Gambassi (2022), Rosa (2022), Puget (2005) e Samah (2024), pelo não reconhecimento discursivo e social do sofrimento e de suas origens sociais e políticas. Este tipo de violência pode ser observada também na invasão do território dos povos Yanomami, que se perpetua com a expansão do garimpo, enquanto muitas pessoas *napë* (inimigo ou branco) ainda insistem em não reconhecer o direito de vida e território desses povos (Kopenawa; Albert, 2015). Daí a necessidade de nomearmos os agentes dessa catástrofe, os agentes humanos - marcando que não se trata de um humano universal, mas bastante específico - responsáveis por esta necropolítica. Para Binkowski (2025), a noção de desastre-crime serve para o desenvolvimento de uma crítica às epistemologias nestas situações, questionando nossa herança conceitual que se pauta em um ideal humano de racionalidade que não se coloca para todas as populações.

Trata-se de uma repetição do não elaborado da *catástrofe ancestral* (POVINELLI, 2024), ou seja, de um passado não elaborado cujo resto se reatualiza e insiste em se mostrar nas modalidades de sofrimento e de laço social que observamos no presente. Povinelli (2024) acrescenta ainda que o horizonte temporal que se difundiu com o paradigma moderno-colonial é o de uma curva linear e ascendente, que fundamenta a promessa de um futuro próspero para aqueles que, individualmente, sejam capazes de trabalhar e performar o máximo possível. As crescentes crises econômicas e sociais, que foram se difundindo desde o enfraquecimento das políticas de bem-estar social, parecem denunciar a falácia desta promessa, como nos mostram as juventudes ativistas climáticas. Neste sentido, a *crise* nos remete a um futuro que não pode existir, a uma falta de horizontes possíveis (Arantes, 2014). Foi o que observamos quando, no governo Michel Temer, vivendo a ressaca da crise econômica mundial de 2008, a fala do presidente era: “não pense em crise, trabalhe!” (GARCIA; ABRAHÃO, 2018).

Aqui seguimos o mesmo imperativo de performance individual que permite a manutenção do sistema capitalista neoliberal centrado em combustíveis fósseis (MALM, 2025). A crise neste contexto parece partir de uma temporalidade focada no presente, que não busca nem revisitar o passado - como quando pensamos a partir do traumático - e nem na possibilidade de um futuro por vir, pois mantém o sistema como está (ARANTES, 2014). Esta ideia se aproxima do modelo manicomial de cuidado (COSTA-ROSA,

2011), pautado na tutela e na manutenção da ordem estabelecida, do silenciamento do que a crise poderia nos dizer sobre a história de um sujeito, de uma comunidade e suas possibilidades de transformação.

Portanto, pensar na crise a partir desta perspectiva pode nos remeter a uma falta de possibilidades de futuro, à ideia de um futuro que não pode existir. Neste ponto, nos fazemos novas perguntas: quem teria como horizonte uma possível garantia de futuro que o neoliberalismo prometeu? Aqui, vale a pena marcar mais uma vez que é muito diferente nos referirmos ao sofrimento diante de consequências do aquecimento global que já aconteceram - com catástrofes socioambientais ou desastres-crime, ou a uma falta de segurança no futuro de populações com pelo menos alguma garantia de direitos básicos.

Também nos perguntamos: como poderíamos construir um novo horizonte a partir da crise? Como as juventudes podem enxergar horizontes diferentes da catástrofe? Seguindo as pistas das concepções de crise a partir da atenção psicossocial, nos pareceu pertinente explorar como este paradigma pode nos dar aportes para pensarmos sobre o sofrimento quando falamos de crise climática. Sob o prisma dos conceitos fundamentais deste campo, Costa-Rosa (2011) propõe uma ética fundada nas concepções psicanalíticas do sujeito e de seu sofrimento, ou seja, compreendendo o sujeito como "ser de sentido", e como ator e não como objeto de cuidado.

Em uma situação de crise, abrir-se-ia a possibilidade de direcionar o sujeito para novos sentidos, tanto para seu sofrimento quanto para sua vida. Para isso, Costa-Rosa (2011) traz que seria necessária a posição de intercessor, ao contrário da lógica de um interventor, garantindo aos sujeitos do sofrimento a posição de produtores principais de seu processo de saúde. Assim, tanto o campo da psicanálise quanto o da saúde mental questionam os seres e práticas que tenham ações de cuidado pela via do controle e normatização social, ou que tenham como consequência a alienação dos sujeitos (GUERRA; SOUZA, 2006).

Guerra e Souza (2006) defendem então que o lugar do analista (ou operador da Saúde Mental, nesse caso) é recolocado na medida em que ele passa a ser pensado como aprendiz das soluções que o sujeito em sofrimento pode criar. Um exemplo interessante que coloca em ato esta filosofia é o projeto *Sumaúma* (BRUN et al., 2022), plataforma de notícias fundada por jornalistas e que tem como objetivo central colocar a Amazônia como centro do mundo. Para tal, buscam estar ao lado dos povos-floresta para que eles possam também escrever sobre sua história, sobre seu povo e seu território. Neste processo, jovens indígenas, ribeirinhos, quilombolas ensinam jornalistas experientes sobre novas

maneiras de contar histórias, reconhecendo, de seu ponto de vista, as violências estruturais que marcam seus territórios, mas também a potência de sua ancestralidade e de seus saberes.

No manifesto disponível no site do portal *Sumaúma* (BRUN et al., 2022) afirmam que, neste processo de formação de jornalistas-floresta, há também uma deformação de seus fundadores, no sentido de que este diálogo pode ensinar muito a nós, povos da mercadoria, como diz Davi Kopenawa. A crise, neste sentido, pode ser um momento de virada para a criatividade, sobretudo se houver ouvidos que levem a sério os saberes e as experiências das pessoas a partir de suas cosmovisões e em seu território. Mais do que oferecer soluções, a transformação viria ouvindo, testemunhando e oferecendo aliança.

Quando colocamos a visão de mundo do sujeito e seu território em primeiro plano, temos outra perspectiva da crise, não mais a ideia manicomial e neoliberal de algo que precisa retornar à ordem. Assim como a crise em saúde mental pode ser este momento de transformação, poderíamos ver a crise também como um ponto de virada, de mudança e de possibilidade de um horizonte diferente. Buscamos, portanto, não a defesa do uso do termo crise para falar de aquecimento global, mas apontar para as possibilidades que a polissemia deste constructo teórico pode nos apresentar. Estas múltiplas concepções de crise nos abrem possibilidades que vão além da compreensão da crise sobre a qual António Guterres fala quando diz de suicídio coletivo.

É necessário, portanto, sonhar o futuro sabendo nomear as violências do passado que seguem se reatualizando no presente, mas também tendo em vista as potencialidades de transformação que os próprios sujeitos têm. Nas palavras de Costa-Rosa (2011, p. 746): "o indivíduo produz o saber inconsciente, capaz de interferir na dimensão propriamente subjetiva de suas crises, sofrimento e sintomas, e por incluir a necessidade radical de que seja ele o protagonista principal dessa produção".

A partir disso, defendemos que é possível compreender a *crise* como um momento de mudança e de transformação, mas é preciso também ter em vista a materialidade das violências do Estado, de indústrias públicas e privadas, do agronegócio, entre outros, contra seres humanos e não humanos. Para que possamos escutar deste ponto de vista, é preciso ter em mente: (1) a própria análise do analista, que sustenta o trabalho analítico; (2) a consciência de que nossas teorias, por terem pressupostos antropocêntricos e moderno-coloniais, podem nos colocar em armadilhas que dificultam a escuta destes sofrimentos; e (3) escutar o outro tendo em vista suas vulnerabilidades sem cair na vitimização ou no assistencialismo, como no paradigma manicomial.

Sobre este primeiro aspecto (1) como já nos apontava Ferenczi (1933/2011), a análise do analista é essencial para a possibilidade de escuta, já que pode haver um efeito traumático (ou de traumatização) quando um analista, por não entender o trauma em sua própria história, não valoriza o que está escutando de traumático na história de outra pessoa. Gebrin (2020), em seu texto sobre a escuta do traumático, defende que a dinâmica da transferência pode restaurar o laço e a confiança na coletividade, estilhaçados pelo evento extremo, uma vez que a catástrofe traumática corresponde justamente a uma perda de confiança na segurança que deveria ser proporcionada pelo laço social. É reconhecendo o traumático do analista, e sua possível posição de poder (sua branquitude, por exemplo, como coloca Leal de Barros, 2022), que é possível uma escuta que ofereça testemunha do evento traumático (MAIA; SANTOS; OKAMOTO, 2023).

Em segundo lugar (2), quando pensamos em sofrimento e mudanças climáticas, estão em jogo, tanto a colonialidade implícita na exploração da natureza quanto a lógica antropocêntrica e evolucionista que está no fundamento epistemológico da psicanálise (LEAL DE BARROS, 2022). Evidenciam-se, portanto, o racismo ambiental (PACHECO; FAUSTINO, 2013) e o sofrimento sociopolítico (ROSA, 2018) sobre os quais precisamos estar advertidos ao falarmos ou escutarmos sobre o tema. Em outras palavras, é necessário ter em mente as violências coloniais que causam sofrimento, na mesma direção de outras teses já consolidadas, nomeadamente as de Segato (2021), Gonzales (2020), entre outras.

Vale ressaltar, conforme sustentam Memmi (2007) e Fanon (2022), que, neste caso, há efeitos mútuos, tanto no colonizador quanto no colonizado. Todas estas discussões dizem do perigo da herança de uma escuta pautada na colonialidade: na imposição de um saber sobre outro, na valorização de um modo de vida "civilizado" e de uma cultura em detrimento de outras. Como escreveu Binkowski (2023), é preciso seguir fazendo leituras críticas sobre os processos colonizatórios de nossas estruturas formativas, clínicas e epistemológicas. Para isso, é necessário pensar na formação analítica face a novas realidades, epistemologias e questões políticas que não podem ser pensadas como exteriores ao quadro de formação de analistas (BINKOWSKI, 2025).

Por fim (3), é essencial escutarmos as vulnerabilidades das pessoas que já sofrem com os impactos climáticos sem, no entanto, cairmos na vitimização e nas práticas baseadas na tutela (COSTA-ROSA, 2011, PAULON, 2023). Para tal, é preciso reconhecer que a vulnerabilidade tem caráter relacional (Paulon, 2023) e, portanto, está ligada às formas de laço social típicas de um contexto social e cultural específicos (ROSA, 2018). Assim, seria possível "reconhecer o seu desejo (sua alteridade) e sua temporalidade a partir de condições materiais" (PAULON, 2023, p. 109).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, trouxemos três concepções de *crise* e as implicações que elas têm. São elas: (1) c*rise no paradigma capitalista-manicomial*, fundada na mesma ética que se baseia no uso e abuso de humanos e não humanos que devem servir à lógica do capital, ou seja, se aproxima da ideia de que a crise no capital é aquela na qual tudo muda, para que tudo permaneça como está, ou de que a crise em saúde mental deve ser "solucionada" para que os sujeitos sigam adaptados e produzindo; (2) *no paradigma psicanalítico, remetendo ao trauma*, que pressupõe um acontecimento no passado e a necessidade de visitá-lo para pensarmos o futuro. Aqui, estamos pensando sobretudo depois que as tragédias já aconteceram, e na possibilidade de uma escuta-testemunha de violências estruturais que tendem a se repetir, em uma catástrofe ancestral, mas com possibilidades de mudança e (3) inspirados no paradigma da *atenção psicossocial, pensamos numa crise como a possibilidade de uma transformação*, de inauguração de algo novo a partir principalmente dos saberes das próprias pessoas que estamos escutando e oferecendo aliança às suas formas de resistência.

Conforme argumentamos, é preciso levar em consideração que o analista saiba se posicionar diante das mazelas coloniais de nossa sociedade e sua posição social e econômica (de sua branquitude, da relativa segurança diante da mudança climática, por exemplo), bem como uma visão crítica sobre as nossas próprias teorias. Para pensarmos sobre a escuta de um analista diante das angústias provocadas pelas mudanças do clima, é necessário nos questionarmos sobre a maneira como temos disponibilidade de escutar. Sobretudo pensando que nossa escuta está permeada pela transferência, pela história pessoal do analista, um contexto histórico e também pela própria colonialidade que permeia a teoria psicanalítica. Por outro lado, se a psicanálise transmite mais problemas e impasses do que respostas, talvez a saída seja tomar estes impasses como pistas para nossa escuta e (de)formação.

Nossas teorias nos auxiliam com repertórios para uma vida sem garantia de amanhã? Enquanto para muitos dos psicanalistas o tema da crise climática ainda parece distante, para algumas populações já não há garantias neste momento, ou, como nos apontam diversas lideranças indígenas, há populações que estão em guerra desde a invasão de nosso território hoje chamado Brasil. Como estes povos-floresta podem nos instigar para outras formas de viver a crise? Também é preciso frisar, portanto, esta diferenciação entre um sofrimento diante de algo que já aconteceu e de algo que está em um futuro abstrato ou mesmo na falta de possibilidade de um futuro

- mesmo que o futuro e a ancestralidade mostrem-se mais amalgamados do que parecem. As teorias a partir do traumático partem sempre neste *a posteriori*, mas, e se a crise vem da impossibilidade de um depois? Estas são perguntas que ficam em aberto por enquanto, e indicam a necessidade de estudos que pensem sobre o tempo neste novo contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. Toward a theory of cultural trauma. In: ALEXANDER, J. et al. (org.). **Cultural trauma and cultural identity**. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 1-30.

AMBRA, P.; PAULON, C. P. Registros políticos do sofrimento: Identidade, trauma e transformação. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental,** v. 27, e230967, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1415-4714.e230967.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ARPIN, E. et al. Climate change and child health inequality: a review of reviews. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 20, p. 10896, 2021.

BADIOU, A. **O ser e o evento**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. (Trabalho original publicado em 1988).

BEER, P. **Verdade e sofrimento**: psicanálise, ciência e a produção de sintomas. São Paulo: Perspectiva, 2023.

BINKOWSKI, G. I. Passes e impasses das epistemologias emergentes na psicanálise: recursos para uma reflexão a partir do campo etnopsi. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 45, n. 3, art. 3, 2023. DOI: https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v45i3.69802.

BINKOWSKI, G. I. La psychanalyse devant les “désastres-crimes”: dispositifs, métapsychologie et transmission. In: DRWESKI et al. (Org.). **La psychologie clinique face à la crise écologique**: angoisses, destructivité et créativité. Paris: InPress, 2025. p. 127-138.

BRUN, E. et al. Sumaúma: jornalismo no centro do mundo. **Sumaúma**: manifesto, 13 set. 2022. Disponível em: https://sumauma.com/quem-somos/. Acesso em: 19 ago. 2025.

CAMPOS, R. O. A gestão: espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas. In: CAMPOS, G. W. S. (org.). **Saúde Paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 122-149.

CHARLSON, F. et al. Climate change and mental health: a scoping review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 9, p. 4486, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph18094486.

COSTA-ROSA, A. Ética e clínica na atenção psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 743-757, 2011.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FALADÉ, S. Sobre lo real. **Bloco Mágico**: Boletim Nacional do Corpo Freudiana Escola de Psicanálise, n. 2, p. 33-38, 2017. (Publicação original em 1974).

FANON, F. **Os condenados da terra**. São Paulo: Zahar, 2022.

FERENCZI, S. Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, S. **Obras completas**: Sándor Ferenczi 4. Tradução de Árpád Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-106.

FERIGATO, S. H.; ONOCKO-CAMPOS, R. T.; BALLARIN, M. L. G. O atendimento à crisis em saúde mental. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 6, n. 1, p. 14-14, 2007.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução de Leticia Mei. São Paulo: Ubu, 2022.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud,** v. 14: História de uma neurose infantil ("O Homem dos Lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 161-239.

FREUD, S. Inibição, Sintoma e Angústia. In: FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud,** v. 17: inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 13-123.

GAMBASSI, G. M. **Nomear o humano**: a migração como acontecimento discursivo. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

GARCIA, D. A.; ABRAHÃO, L. M. "Não pense em crise, trabalhe": o jogo da história na trama da língua. **Fórum Linguístico**, v. 15, n. 1, p. 2891-2902, 2018.

GEBRIM, A. C. C. colonial como o transtraumático: um lugar possível? In: _____ . **Psicanálise no Front**. Curitiba: Juruá, 2020. p. 169-178.

GISLASON, M. K.; KENNEDY, A. M.; WITHAM, S. M. The interplay between social and ecological determinants of mental health for children and youth in the climate crisis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 9, p. 4573, 2021.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. **Cadernos de Psicanálise**, v. 34, n. 27, p. 193-210, 2012.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020. p. 75-93.

GUERRA, A. M. C.; VIEIRA E SOUZA, P. Reforma psiquiátrica e psicanálise: diálogos possíveis no campo da inserção social. **Psicología para América Latina**, n. 5, p. 0-0, 2006.

HULME, M. **Why we disagree about climate change**: understanding controversy, inaction and opportunity. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

IPCC. **Climate Change 2022**: impacts, adaptation and vulnerability. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/. Acesso em: 19 ago. 2025.

KAPLAN, H.; SADOCK, B. J. **Compêndio de psiquiatria**: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. São Paulo: Artmed Editora, 2016.

KATZ, I. Infâncias contra-hegemônicas para descolonizar a psicanálise. In: **O Mundo e o resto do Mundo**: Antíteses da Psicanálise. N-1 edições, 2022.

KLEIN, N. **The shock doctrine**: the rise of disaster capitalism. New York: Picador, 2008.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LACAN, J. **O seminário**. Livro 20. Mais ainda. Tradução de M. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Trabalho original publicado em 1972-1973).

LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Tradução de M. Meyer. São Paulo: Ubu, 2020.

LEAL DE BARROS, M. **No prelo**. 2025.

LEAL DE BARROS, M. Sangue lavado: psicanálise, branquitude e implicações subjetivas para negra/e/os e não negra/e/os. In: BARBOSA, F. C.; MOLINA, A. M. R.; PRADO, P. S.; PASQUALIN, F. A. **Islam, decolonialidade e(m) diálogos plurais**. São Paulo: Ambigrama, 2022. p. 67-90.

MAIA, B. B.; SANTOS, M. A. D.; OKAMOTO, M. Y. Memória, desmentida e traumatismo social sob a ótica da psicanálise das configurações vinculares. **Psicologia USP**, v. 34, e200214, 2023.

MALM, A. **Capital fóssil**: a ascensão do motor a vapor e as raízes do aquecimento global. Tradução de Humberto de Amaral. São Paulo: Elefante, 2025.

MBEMBÉ, A. **Necropolítica**. Melusina, 2006.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Cadernos de Atenção Básica**, n. 28, 2013a. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad28.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Cadernos de Atenção Básica**, n. 34, 2013b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Guterres: "Solidariedade climática é alternativa a suicídio coletivo". **Nações Unidas Brasil**, 07 nov. 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/206360-guterres-%E2%80%9Csolidariedade-clim%C3%A1tica-%C3%A9-alternativa-suic%C3%ADdio-coletivo%E2%80%9D. Acesso em: 19 ago. 2025.

NAVARRO CARRASCAL, O. Vulnérabilité et adaptation face aux risques environnementaux. Les apports de la psychologie environnementale. In: ROUGEON, M.; CHASLES, V.; TRAD, L. (org.). **Ce que les injustices font à la santé**. Paris: Ed Archives Contemporaines, 2024. p. 71-86.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J-P. (org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 73-114.

PAULON, C. P. A entrada em análise e a catástrofe: fundar a subjetividade na precarização da vida. In: SILVA FILHO, E. A.; ESTEVÃO, I. R. **Princípios psicanalíticos**: de entradas e variedades casuais. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 92-111.

PINSKY, E. et al. Our house is on fire: child and adolescent psychiatrists in the era of the climate crisis. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 59, n. 5, p. 580-582, 2020.

PONTALIS, J. B.; LAPLANCHE, J. **Vocabulário da psicanálise**. Santos: Martins Fontes, 1998.

POVINELLI, E. A. **Catástrofe ancestral**: existências no liberalismo tardio. São Paulo: Ubu, 2024.

PRADO, R. L. C. O silêncio de grupos específicos de crianças em pesquisas. **Educar em Revista**, n. 64, p. 215-230, 2017.

PUGET, J. El trauma, los traumas y las temporalidades. **Psicoanálisis ApdeBA**, v. 28, n. 112, p. 293-310, 2005.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2018.

ROSA, M. D. Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e242179, 2022.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

ROUGEON, M.; MOTA, C.; TRAD, L. Luttes contre le racisme environnemental et pour la défense de la vie en Amérique latine et au Brésil. In: ROUGEON, M.; MOTA, C.; TRAD, L. (org.). **Ce que les injustices font à la santé**. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 2024. p. 27-50.

SAMAH, J. A ocupação em meu consultório. In: _____ . **Sumud em Tempos de Genocídio**. Trad. Rima Awada Zahra. São Paulo: Tabla Editora, 2024. p. 27-29.

THE GUARDIAN. Greta Thunberg: not phasing out fossil fuels is 'death sentence' for world's poor. **The Guardian**, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/2023/jun/13/greta-thunberg-not-phasing-out-fossil-fuels-is-death-sentence-for-worlds-poor. Acesso em: 19 ago. 2025.

YASUI, S. **Rupturas e encontros**: desafios da reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

RESUMO

Este ensaio teórico busca investigar como diferentes concepções de crise no campo da saúde mental - especialmente na psicanálise e na atenção psicossocial - podem contribuir para a compreensão das formas de nomear as mudanças climáticas e para a construção de práticas de cuidado voltadas às juventudes, uma das populações mais atingidas pelo aquecimento global. A partir da análise de três paradigmas de crise: a crise do ponto de vista capitalista e em paralelo manicomial, a crise na psicanálise associada à teoria do trauma e a crise como possibilidade de transformação na atenção psicossocial, oferecemos pistas para repensar a escuta clínica em tempos de colapso ambiental. Defende-se a necessidade de uma escuta implicada, atenta à posição social do analista e às marcas coloniais da teoria psicanalítica. Se os diferentes paradigmas de crise nos levam a distintas maneiras de nomeação e escuta do sofrimento, propõe-se o acolhimento destes impasses como pistas para a reinvenção da clínica e de nossa teoria diante das angústias produzidas pela crise climática.

Palavras-Chave: Mudança Climática; Meio Ambiente e Saúde Pública; Juventudes; Crise.

ABSTRACT

This theoretical essay examines how distinct conceptions of crisis within the field of mental health- particularly in psychoanalysis and psychosocial care- can contribute to the understanding of how climate change is named and to the development of care practices for populations most affected by global warming. Three paradigms of crisis are analyzed: crisis from a capitalist and asylum-based perspective, crisis in psychoanalysis as linked to trauma theory, and crisis as a possibility for transformation within psychosocial care. These frameworks provide insights for rethinking clinical practice in times of environmental collapse. The essay argues for an engaged mode of listening, attentive to the analyst's social position and to the colonial imprints of psychoanalytic theory. By recognizing how different paradigms of crisis shape modes of naming and listening to suffering, the paper proposes embracing these tensions as pathways for reimagining clinical practice and theory in the face of the anxieties generated by the climate crisis.

Keywords: Climate Change; Environment and Public Health; Youth; Crisis.